

Diagnóstico por imagem e a democratização da saúde no Brasil

Por Simone Vicente Reis

Poucos temas são tão decisivos para o desempenho de um sistema de saúde e, ao mesmo tempo, pouco mencionados no debate público, quanto o diagnóstico por imagem. Não se trata apenas de “fazer exames”, mas de garantir que a decisão clínica aconteça no tempo certo com precisão e segurança. Quando o setor de imagem funciona bem, o cuidado caminha com mais eficiência, agilidade e qualidade. Quando falha, toda a jornada do paciente desacelera, atrasando consultas, aumentando filas e o desperdício; Além de poder resultar em erros clínicos com impactos significativos no cuidado ao paciente.

Ao longo das últimas décadas, o diagnóstico por imagem no Brasil deixou de ser um serviço periférico e passou a atuar como infraestrutura assistencial. Essa mudança está relacionada principalmente à maturidade de processos e governança do que à chegada de equipamentos de alta tecnologia. Um serviço de imagem eficiente é aquele integrado ao hospital e à rede, com fluxos claros, priorização de urgências, padronização de protocolos, auditoria de qualidade, rastreabilidade e tempos de resposta compatíveis com a gravidade clínica. É nesse ponto que a radiologia começa a produzir valor sistêmico, reduzindo incertezas médicas, encurtando permanência hospitalar, direcionando tratamentos e ajudando a organizar o uso de leitos e recursos.

Com base na prática, percebemos que tecnologia é meio – e não fim. Digitalização, integração de sistemas, telerradiologia e aplicações de inteligência artificial têm potencial real quando operam a favor de um objetivo comum: ampliar acesso com qualidade e diminuir desigualdades regionais. Em um país continental, com distribuição heterogênea de especialistas, a capacidade de conectar equipes e padronizar entregas em redes distintas tem efeito direto sobre a equidade. O desafio é garantir que a inovação não vire vitrine, mas ferramenta de resolutividade com critérios, transparência e responsabilidade clínica.

Há também uma dimensão estrutural frequentemente ignorada, a gestão desse sistema. A radiologia de alto desempenho exige cultura operacional, isso significa que não basta ter tecnologia se o serviço não mede o que importa, não controla variação, não reduz retrabalho, não revisa processos e não se compromete com

metas de entrega e segurança. Para a saúde brasileira, isso significa compromisso com a produtividade, qualidade, escalabilidade, integração e previsibilidade. Quando exames e laudos chegam no tempo adequado e com consistência, decisões se antecipam, filas se reorganizam e custos evitáveis diminuem.

Outro eixo essencial é o modelo de sustentabilidade. No Brasil, vivemos em um sistema pressionado por financiamento, envelhecimento populacional e aumento de doenças crônicas, crescendo a necessidade e importância de iniciativas que combinem eficiência, compromisso social e reinvestimento em capacidade instalada, formação e melhoria contínua. O ponto, aqui, não é apenas “fazer mais”, mas fazer melhor por meio da governança, indicadores assistenciais e alinhamento às necessidades dos médicos e pacientes.

Se a discussão sobre o futuro da saúde do Brasil busca caminhos práticos, vale começar por onde o cuidado ganha velocidade, na capacidade de diagnosticar cedo, com precisão, e transformar esse resultado em decisão clínica imediata. Democratizar o acesso ao diagnóstico é, e sempre será, a principal contribuição para um Brasil mais justo e saudável.

*Simone Vicente Reis é CEO da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (FIDI).

<https://medicinasa.com.br/diagnostico-imagem-telerradiologia/>

Veículo: Online -> Site -> Site Medicina S/A